



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

## CONTRATO

N.º 68/2019

### “Aquisição de Serviços de Limpeza da ZIL II e de Corte de Canas na Falésia de Sines”

Aos 11 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de aquisição de serviços; -----

Entre: -----

**Município de Sines**, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-187 Sines, representado neste ato pelo Exmo. Sr. **Nuno José Gonçalves Mascarenhas**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Sines, no exercício de funções nos termos da alínea f), do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **primeiro outorgante**; -----

e, -----

**Tersines, Lda**, com o número de identificação fiscal 507 501 578, com sede em Sines, neste ato representado pelo senhor **Filipe Manuel Caniceira Silvestre**, na qualidade de representante legal, qualificação e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 3415-1136-5387, subscrita a 01/03/2018 e válida até 01/03/2021, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 4/06/2019, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

### PRIMEIRA

#### Objeto

A presente aquisição de serviços tem por objeto a “**Aquisição de serviços de limpeza da ZIL II (Lote 1) e de Corte de canas na falésia de Sines (Lote 2)**”, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base à consulta prévia,



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Processo n.º 2019/300.10.005/545, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato.-----

**SEGUNDA**

**Preço Contratual**

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de € 43 500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 10 005,00 (Dez mil e cinco euros), o que perfaz o valor global de € 53 505,00 (Cinquenta e três mil, quinhentos e cinco euros.). -----

Ao Lote 1 corresponde o valor de 21,000,00 € (Vinte uns mil euros) acrescido de 23% IVA no valor de 4.830,00 € (quatro mil oitocentos e trinta euros) totalizando o valor de 25.830,00 € (Vinte cinco mil oitocentos e trinta euros). -----

Ao Lote 2 corresponde o valor de 22,500,00 € (Vinte e dois mil e quinhentos euros, acrescido de 23% de IVA no valor de 5.175,00€ (Cinco mil cento e setenta e cinco euros) totalizando o valor de 27, 675,00 (Vinte sete mil seiscentos e setenta e cinco euros).-----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

**TERCEIRA**

**Prazo de Execução do Contrato**

O prazo de execução será até 31 de Dezembro de 2019 e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

**QUARTA**

**Prestação de Caução**

Encontra-se dispensada a prestação de caução. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

**QUINTA**

**Condições de Pagamento**

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

**SEXTA**

**Gestor do Contrato**

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----

Nome: Elisabete Silva na qualidade de Técnica Superior do Serviço de Ambiente e Conservação da Natureza; -----

Telefone Móvel: 918805023; -----

Telefone Fixo: 269860012; -----

Email: esilva@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

prazo e devidamente comunicada. -----

**SÉTIMA**

**Prevalência**

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

- a) Caderno de Encargos; -----
- b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

**OITAVA**

**Cabimento/ Compromisso**

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/020225, cabimentos n.ºs 2042 e 2348 e compromissos n.ºs 18651 e 18655. -----

**NONA**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

**DÉCIMA**

**Disposições Finais**

No aqui omissos aplicar-se-ão as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual

*[Handwritten signatures]*



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 29/03/2019 e válida por quatro meses. -----

- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Sines, a 29/03/2019, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Feito em duplicado, a 11 de junho de 2019.

**O Primeiro Outorgante**

Nuno José Gonçalves Mascarenhas

**O Segundo Outorgante**

Filipe Manuel Caniceira Silvestre